

## LOTEAMENTOS EM CURSO PARA OS ANTIGOS HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

### Aviso CML nº 83/2013

1. **Hospital de São José** (Loteamento Processo nº 11/URB/2013)
2. **Hospital de Santa Marta** (Loteamento Processo nº 12/URB/2013)
3. **Hospital dos Capuchos** (Loteamento Processo nº 13/URB/2013)
4. **Hospital Miguel Bombarda** (Loteamento Processo nº 14/URB/2013)

Exmo. Senhor  
 Presidente da Câmara Municipal de Lisboa  
 Dr. António Costa

CC. AML, DGPC, Media

No seguimento do Aviso nº 83/2013 a propósito das operações de loteamento em curso para os antigos Hospitais Civis de Lisboa, cujo promotor é a ESTAMO, e referenciadas como Processo nº 11/URB/2013 – Hospital de São José, Processo nº 12/URB/2013 – Hospital de Santa Marta, Processo nº 13/URB/2013 – Hospital dos Capuchos e Processo nº 14/URB/2013- Hospital Miguel Bombarda, **somos, antes de mais, a protestar junto de V. Exa.** pelo seguinte e por duas ordens de razão:

#### 1. Da oportunidade e da forma

- cremos que **a CML, ao optar pelo instrumento de Loteamento** – o qual, regra geral, visa possibilitar o máximo de construção permitido pelo PDM no máximo de área de terreno possível, dividindo em lotes o tempo e o modo de construção, garantindo à partida, contudo, um conjunto de direitos ao promotor – **perde aqui a oportunidade de Fazer Cidade numa zona nevrálgica e decadente da cidade**, e manter o interesse público de equipamentos que são públicos, em média, há 250 anos.

**Por isso, estamos contra este *modus operandi* da CML à 1a anos 80!**

- **Mais, a CML continua a participar activamente na ‘engenharia financeira’ da ESTAMO**, corporizada ao tempo do Ministro da Saúde do XVII Governo Constitucional (2005/2008)
- **Por outro lado, dos termos do Aviso publicado não se infere**, de forma inequívoca, **se o prazo anunciado de 1 a 12 de Julho se refere à consulta pública dos loteamentos em causa, ou se à consulta E à participação pública.**

- Partindo do princípio que o prazo se refere também à participação pública, então **é um prazo extremamente curto**, o que, pela reconhecida importância da matéria em apreço, nos leva a concluir **tenha sido um mero acaso** (e, portanto, haverá que o corrigir) **ou propositado**, para que, em época balnear e em tempos de crise, a participação seja escassa ou nula
- Por outro lado, ainda, o executivo camarário encontra-se em final de mandato, pelo que **cremos seja muito mais legítimo que a CML decida sobre este tema depois das próximas autárquicas**, e possibilite que o mesmo seja alvo de escrutínio durante a próxima campanha eleitoral.
- Finalmente, a preocupação maior: tal como na recente revisão do Plano Director Municipal, em que se verteram no seu texto final prerrogativas e direitos conexos a uma cada vez mais improvável construção da Terceira Travessia do Tejo e do novo aeroporto de Lisboa a Sul do Tejo, também **neste caso se procede do mesmo modo na presunção da construção do novo Hospital de Todos-os-Santos, o que não é de todo 100% seguro**, por mais interesses terceiros que envolva.

## 2. Do conteúdo dos processos de Loteamento n.ºs. 11, 12, 13 e 14/URB/2013

- Após consulta apurada a cada um dos processos em epígrafe, **manifestamos a nossa estupefação pela inexistência quase total de alusões, descritivos ou mesmo explicações sobre a História Hospitalar que o conjunto destes 4 ex-Hospitais Civis de Lisboa envolve (3 deles em pleno funcionamento e com recentes investimentos) nas respectivas memórias descritivas**. Ou seja, omite-se um percurso de centenas de anos (só 250 anos referem-se a São José, raiz de uma autêntica ‘colina da saúde’, de que também faziam parte o Desterro e São Lázaro, e que se estendeu depois a Arroios, Estefânia, Curry Cabral e Alfredo da Costa), ora eclipsado pela memória conventual, excessiva em muitos casos, parece-nos. **Existe, assim, uma imensa falha de memória histórica**.
- **Igual estupefação pelo claro restringir da protecção e da salvaguarda do património arquitectónico edificado e decorativo aos edifícios classificados como IIP (ex. Balneário D. Maria II e ‘Pavilhão de Segurança - Museu’ no Miguel Bombarda) e MN (ex. sacristia do Colégio de Santo António-o-Novo, em São José), independentemente da valia reconhecida de muitos outros edifícios, cuja única protecção de facto é existirem dentro do limite das Zonas Especiais de Protecção dos edifícios classificados. Ou seja, se o imóvel estiver classificado não será demolido, mas se apenas estiver na ZEP deste, então vai abaixo**. Exemplo de uma insensibilidade e um desconhecimento gritantes é a demolição do Instituto de Medicina Legal (edifício pré-modernista dos Anos 10, da autoria do Arq. Leonel Gaia).
- **Pior no que toca ao património móvel (documentos, mobiliário, etc.)**, já que sobre isso nada existe nas memórias descritivas dos loteamentos em apreço. Os documentos são omissos sobre a sua valia histórica, sobre inventários e sobre o destino físico a dar a esse imenso e valioso património, numa palavra: grassa a ignorância.

- Assuntos, aparentemente consensualizados há muito, como sejam, a criação, finalmente, de um Museu das Ciências Médicas, o mais agregador possível e reunindo colecções e saberes hoje desconexos, e complementado por um Museu das Neurociências e da Arte Outsider *in situ*, i.e., no Miguel Bombarda, sobre isso, todos estes loteamentos são omissos, o que é grave.
- Tal como não compreendemos o excessivo protagonismo concedido à Faculdade de Ciências Médicas nos loteamento apenso ao Hospital de São José, permitindo-lhe a futura utilização do edifício de Anatomia Patológica, por exemplo – residências estudantis? -quando nem a 100 metros a mesma faculdade mantém desde há 3 anos os gigantescos edifícios construídos no espaço do Instituto Câmara Pestana praticamente devolutos!
- Também nos revolta que se classifique este conjunto de loteamentos como uma novel ‘colina do conhecimento’, quando no antigo Hospital Bombarda se assiste à construção de 7 torres de vários pisos para habitação e escritórios e um hotel em pleno corpo principal do antigo hospital/convento. Que terá que ver construção para habitação com ‘conhecimento’?!
- Finalmente, renovamos a nossa estupefação pela completa ausência de estudos hidrogeológicos, com particular gravidade na colina do Miguel Bombarda e dos Capuchos, que é de relevância excepcional em termos de capacidade de permeabilização do solo e circulação das águas. No entanto, a CML permite-se promover variadíssimos pisos subterrâneos para estacionamento automóvel e, até, um troço de arruamento em túnel entre a Rua Gomes Freire e a Rua Luciano Cordeiro. É conflagrador assistir-se a uma CML continuada mas conscientemente imune ao aumento recente da gravidade das cheias em zonas como o vale da Avenida da Liberdade...

Sobre cada um dos loteamentos em apreço, eis o nosso contributo enviado à CML:

**1. Loteamento Proc. nº 11/URB/2013 – Hospital de São José**

**a) Estamos contra a construção de blocos de apartamentos monolíticos e estamos contra a demolição do edifício do Instituto de Medicina Legal e de variados edifícios da Arquitectura do Ferro**

Se é verdade que muito do que será demolido são abarracados e construções espúrias, que ao longo dos anos foram sendo construídas (permitidas) à volta do corpo central deste hospital não se percebe bem como, **é inaceitável a demolição anunciada para o edifício do Instituto de Medicina Legal**, da autoria do Arq. Leonel Gaia (Anos 10) e de várias e interessantes construções da Arquitectura do Ferro, na senda, aliás da política camarária de abate imparável do património de finais do Século XIX e princípios do XX.

**Mais, afigura-se-nos como errada e doentia a obstinada aposta da CML na promoção de uma construção nova ‘à la’ Expo’98**, com o ‘afundar’ de 6 mega-blocos de apartamentos (para quê a imitação da estética Byrne dos edifícios do Instituto Câmara Pestana junto ao Torel?) em praticamente 60 mil m2 de área de construção, de volumetria pesada e monolítica, embora de altura igual, ou quase, à do ao corpo principal do actual Hospital de São José. Reconhecemos que o PDM assim o permite, mas não podemos estar de acordo.

**Não compreendemos nem aceitamos a justificação dada pela Arq. Teresa Nunes da Ponte em defesa da destruição dos interiores**, até porque a maioria esmagadora deles é passível de ser recuperada.

**b) Congratulamo-nos com,**

- A aposta dada ao retorno da Habitação (80% do Loteamento);
- A criação de espaços verdes e a preocupação geral em termos de arquitectura paisagística;
- A manutenção de boas áreas para usufruto público;
- A criação de corredores pedonais entre as diferentes cotas;
- O respeito pelo sistema de vistas;
- A cedência à CML do corpo central do Hospital (Colégio) embora, inexplicavelmente, **sem qualquer tipo de destino definido** (Museu Nacional da Saúde? Arquivo Municipal?) muito menos prazo de execução.

**c) No âmbito da preocupação em torno de como vencer a diferença de cota dentro da área dos 4 loteamentos, não compreendemos a omissão à eventual reabertura da linha de eléctrico entre o Martim Moniz e o Campo Santana**, uma vez que esse meio de transporte público seria uma mais-valia para a cidade e para os cidadãos.

## 2. Loteamento Proc. nº 12/URB/2013 – Hospital dos Capuchos

- a) Também aqui **estamos contra a estética ‘Expo’98’ omnipresente à construção nova ora proposta**, em ‘S’, que, no nosso entender, embora em edifícios sobre o longo e baixos, acaba por sufocar o antigo convento, destruindo os vários ‘vazios’ herdados da cerca conventual, apesar dos esforços reconhecidos da Arq. Inês Lobo, autora do projecto, em prol da recuperação do ‘espírito conventual’, facto com que nos congratulamos.
- b) **Estamos contra a construção de um edifício de 8 pisos para estacionamento automóvel**, encostado à antiga cerca do Hospital dos Capuchos, que constituirá um elemento totalmente dissonante do ‘espírito do local’ e um ‘marco’ desnecessário de arquitectura de autor.
- c) **Estamos contra a demolição de uma série de edifícios (Asylo da Mendicidade de Lisboa, Escola Artur Ravara, edifício de neurocirurgia)** que, reabilitados – e são-no perfeitamente -, permitiriam recuperar o espírito do convento, que, mais à frente, na mesma memória descritiva, a autora diz ir tentar pela recuperação da antiga traça do convento, e, se necessário for, pela produção de réplicas das imagens entretanto desaparecidas ou mutiladas (!).
- d) Congratulamo-nos, obviamente, com a intenção declarada em preservar e potenciar convenientemente a riqueza azulejar e a entrada do **Palácio Mello (embora se desconheça qual o uso futuro!)**, bem como com a **cisterna e o relógio-de-sol**.
- e) **Congratulamo-nos com o esforço** evidente na constituição da memória descritiva, estudo e projecto.

## 3. Loteamento Proc. nº 13/URB/2013 – Hospital de Santa Marta

- a) **Trata-se do melhor dos 4 projectos/estudos prévios em debate**, e isso é por demais evidente logo ao nível da memória descritiva, do estudo de pormenor, do levantamento fotográfico (se pensarmos que no estudo relativo ao Miguel Bombarda constam apenas 6 fotos!!), etc.  
**Está de parabéns o Atelier Bugio, por isso!**

Com efeito, e se é verdade que este hospital é, talvez, o mais ‘fácil de trabalhar’ pois tem menos terreno e a igreja do antigo Convento de Santa Marta é IIP, também é verdade que **este loteamento é o único que devolve à cidade, de facto, muito espaço vazio da antiga cerca**, após demolição das estruturas de betão recentes.

- b) **Congratulamo-nos com a transformação de uso da zona conventual para hotel de dimensão pequena-média e de blocos habitacionais de volumetria média**, feitos de pouca intrusão à vista, em completo contraste com o novo hotel que lhe é vizinho, por exemplo, imediatamente a seguir na Rua de Santa Marta. No entanto, **é preciso clarificar se havendo hotel, haverá ou não fruição acesso livre do público à igreja e ao claustro**.

- c) **Também é proposta a plantação de muitas árvores, no que se afigura vir a ser um autêntico jardim**, que na zona do hotel, quer, mais importante, nas novas edificações que substituirão os edifícios e corpos recentes, laterais e a tardoz.

#### 4. **Loteamento Proc. nº 14/URB/2013 – Hospital Miguel Bombarda**

**Estamos perante o pior dos 4 loteamentos**, de longe, que, no essencial, mantém todos os vícios e nenhuma virtudes do Estudo Prévio dado a conhecer há 2 anos, e também da autoria do Arq. Belém Lima.

- a) Com efeito, **não só é paupérrima a proposta de projecto apresentada como o é também a nível do dossier que a suporta, memória descritiva, levantamento fotográfico e estudo histórico, suportado em designações avulsas e desnecessárias** (chega-se a classificar as torres de 8-10 andares que se pretende construir entre o Pavilhão de Segurança - Museu e o antigo convento como 'miradouro habitado', e 'alameda' à rua em zigzague (6 curvas apertadas, que o atravessarão da R. Gomes Freire à R. Luciano Cordeiro).
- b) Trata-se, a nosso ver de um **projecto atentatório do Património e da memória colectiva**; em contra-ciclo com o que se assume como uma capital do Séc. XXI, que se pretende cosmopolita, conhecedora e sustentável. Nada disso consta deste estudo prévio.

Em termos patrimoniais, este projecto apenas respeita (minimamente e porque a tal é obrigado por Lei) o Pavilhão de Segurança (Pavilhão de Segurança - Museu) e o Balneário D. Maria II, ambos recentemente classificados como Imóveis de Interesse Público, e, segundo protocolo estabelecido entre a CML e a ESTAMO, a afectar àquela. No entanto, **sobre o primeiro dos IIP nada existe quanto ao seu futuro uso, nem que destino será dado ao que foi/é o Museu de Outsider Art, e sobre o segundo tenta-se passar a ideia de que será um corpo com interligação ao hotel a construir no espaço conventual (health club?!).**

Mesmo quando se refere a 'renovação' do antigo edifício central, do Convento da Congregação da Missão ou de S. Vivente de Paulo, constata-se, por leitura mais atenta, que **só ficarão as fachadas** (ver fls 129-132).

- c) **Estamos declaradamente contra a transformação do corpo central do antigo Hospital, espaço conventual** - que corresponde em 90% ao original e dos poucos edifícios a resistir ao Terramoto (ao contrário de Sta. Marta, S. José e Capuchos), com todas as salas, quartos e corredores originais (ver plantas do Arquivo Militar, de 1835) – **em hotel**, ainda que preservando a antiga capela, o salão nobre e o gabinete do dr. Miguel Bombarda.

**A sua transformação em hotel (com estacionamento subterrâneo em 3 pisos) implicará a destruição completa dos seus interiores, pelo que não se percebe como se**

**reclama ser a recuperação da memória conventual o leit motiv dos 4 loteamentos e depois promove-se a destruição do único dos 4 hospitais que ainda é 90% original!**

**Como é possível desvirtuar-se toda uma Memória da Igreja (aquém e além-fronteiras por via dos missionários) e mais século e meio da história da Psiquiatria, do que foi o primeiro hospital psiquiátrico do país, equipamento 'topo de gama' ao seu tempo. É isto a 'colina do conhecimento'?**

- d) **Estamos contra a demolição de outros edifícios de irrefutável importância, que formavam que constam das Zonas Especiais de Protecção dos IIP (Portaria nº 1176/2010 de 24 de Dezembro), 'Pavilhão de Segurança - Museu' e Balneário D. Maria II, e que mereceriam, aliás, classificação imediata: edifício principal (convento), enfermarias em 'poste telefónico' (1885) e em 'U' (1900), telheiro e 'passeio dos doentes' (1906), oficinas, cozinha (1904), muro, poço e tanque da antiga Quinta de Rilhafoles.**
- e) **Sobre este conjunto de edifícios, aliás deu entrada nos Serviços da Direcção-Geral do Património Cultural, a 22 de Março de 2013, um Pedido de Classificação, assente em fundamentos sérios e irrefutáveis, cujo desenvolvimento ainda se ignora, i.e., se a DGPC aceitará esse pedido oficializando desse modo a Abertura do Processo de Classificação, que deverá assim condicionar de forma indelével o loteamento em apreço. Sobre este pedido de classificação, nada consta na memória descritiva do loteamento Proc. nº 14/URB/2013, facto que estranhámos.**
- f) **Estamos contra a ausência de toda e qualquer menção neste projecto ao acervo do Hospital Miguel Bombarda: arquivo clínico, forense e administrativo (único no país e raro em termos europeus), acervo do Museu do Hospital (aberto ao público) de pintura e escritos de doentes, fotografia, material clínico e mobiliário, com mais de 12.000 artigos. Nada é dito sobre o seu futuro.**
- g) **Estamos, portanto, TOTALMENTE contra a construção anunciada das 6 torres de 8 a 12 pisos de altura, propostas pelo Arq. Belém Lima, todas elas ainda com vários pisos subterrâneos para estacionamento; cujo impacto na colina e em toda a Lisboa será terrível, incluindo a nível hidrogeológico com a inevitável impermeabilização do solo. Visualmente, teremos o maciço de Rilhafoles transformado num 'paliteiro' de torre, no que se afigura como um decalque ridículo da medieval San Gimignano, na Toscânia.**

Pelo Fórum Cidadania Lx

Paulo Ferrero, Bernardo Ferreira de Carvalho, Fernando Jorge, Paulo Guilherme Figueiredo, Jorge Miguel Batista, Rossella Ballabio, Alexandre Marques da Cruz, Miguel de Sepúlveda Velloso, Júlio Amorim, Luís Marques da Silva e João Mineiro